

## RACISMO E ANTISEMITISMO EM BOCAGE?

**Marie-Hélène Piwnik**

Universidade de Paris-Sorbonne/Paris IV

No comum louvor que se faz à poesia de Manuel Barbosa do Bocage, há sempre uma discreta restrição, que diz respeito aos sonetos onde ele faz prova abertamente do que hoje chamamos racismo e antisemitismo, às vezes inclusive passados em silêncio. São pouco numerosos, comparados com a prolífica produção erótica-amorosa, e mesmo com o resto da ingente criação satírica na qual se inserem. Quanto ao antisemitismo, consta nos sonetos 266 e 267<sup>1</sup>, ambos dedicados a “G...P...S...M...”, apontador no arsenal da Marinha”, definido como “sacerdote fiel do hebraico rito”, e também no soneto 272, intitulado “A um ricoço tido na conta de cristão-novo” (notemos que “tido na conta” já deita suspição sobre a veracidade da identidade declarada). Ao todo, 3 sonetos, de fim dos anos 80. As composições de cunho racista são mais abundantes. Dividem-se em dois grupos, que correspondem a dois períodos distintos da vida do poeta: as que escarnecem os goeses – como se sabe, Bocage foi mandado para Goa em 1786 como guarda-marinha, tinha ele 20 anos –, e as que fazem troça dos brasileiros, e nesse último caso convém sublinhar um elemento que não se haverá de menosprezar na nossa análise, ou seja que as figuras satirizadas gravitam em redor da Nova Arcádia, como o próprio poeta, que nela ingressa aos 24 anos, quando se funda, em 1790. Entre as dezenas de sonetos de veia satírica, contamos 6 de escárnio aos goeses, do 190, “Tu, Goa, *in illo tempore* cidade” ao 195, “Lusos heróis, cadáveres cediços”<sup>2</sup>; há 5 de mofa aos brasileiros, destacando o bem conhecido soneto 250, “A um célebre mulato Joaquim Manuel, grande tocador de viola e improvisador de modinhas”, cujo teor insultuoso é repetido no seguinte, 251, e seguindo com as três composições que ridicularizam o Padre Domingó Caldas Barbosa, brasileiro presidente da Nova Arcádia, ou seja, o soneto 222, “Descreve uma sessão da Academia de Belas-Letras de Lisboa, mais conhecida pela denominação de Nova Arcádia”, que começa com “Preside o neto da rainha Ginga” etc.; o mordente soneto 237, “Por casa entrou c’um vil bugio”, e o soneto 238, “Ao trovista Caldas, pardo de feições e grenha crespa e revolta”. Ao todo, 11 sonetos, devendo-se acrescentar a “sátira em louvor” (assim mesmo intitulado pelo poeta) ao mesmo Caldas Barbosa, soneto 236.

Antes de empreender o estudo detalhado desses sonetos, pareceu-me oportuno contemplar brevemente o estado da questão na época, que é, como todos nós sabemos, a das Luzes.

Se nos remontarmos a séculos anteriores, e baseando-nos nos estudos/ textos sobre a escravatura, será fácil de admitir que o enorme tráfico de pretos de África para América a partir de princípios do século XVI implicava uma global, absoluta indiferença aos sofrimentos dos desterrados, ligada a um sentimento de desprezo para com os africanos, e chegaremos à conclusão da existência dum racismo anti-negro generalizado, quer este se apoiasse em textos bíblicos (a raça negra seria descendente de Cão, cujo filho Canaã foi maldito por Noé) ou num simbolismo negativo da cor negra, mesmo que o mito do “bom negro”, gerado pelo Prestes João, se tivesse propalado um pouco durante a Idade Média. O próprio Las Casas, embora se arrependesse no fim da vida – mas aquelas derradeiras posições só foram conhecidas três séculos após a sua morte –, propusera que se substituísse a escravatura índia pela preta. António Vieira, quanto a ele, embora explique aos pretos que vivem o seu purgatório na Terra, privilegia claramente os índios. No entanto, cabe dizer que ambos adoptam uma atitude cristã, humanista, pouco frequente na altura.

1 A edição utilizada é a de Daniel Pires, BOCAGE, *Obras Completas*, vol 1, Porto: Ed. Caixotim, 2004.

2 Ao tomar conhecimento tardiamente da edição de Daniel Pires, vi que se podia ter acrescentado o soneto 196, “Um governo sem mando, um bispo tal”, que ironiza sobre Macau, e nunca foi publicado nas *Obras Completas* do poeta.

O Século das Luzes vai infelizmente racionalizar aquilo que descansava, vamos dizer, em preconceitos colectivos mágico-religiosos. É assim que se procede, nos países que praticam a escravatura, a uma codificação minuciosa da mestiçagem a partir dum léxico bem especializado, dentro do qual a palavra “mulato”, por exemplo, remete para o mulo, ou seja o resultado do cruzamento entre burro e égua, ou entre cavalo e burra, sendo particularmente estigmatizadora.

A noção de raça, desenvolvida como poderoso elemento de classificação em autores franceses do século XVII como Henri de Boulainvilliers e François Bernier, permite ao sueco Lineu (Carl von Linné), em pleno século XVIII, distinguir quatro raças humanas: europeus, americanos, asiáticos e africanos, cujas capacidades intelectuais e morais vão decrescendo da primeira à última, o que significa que, aponta ele, poucos escalões separam o escravo africano do macaco superior.

Buffon lamenta o facto da possível fecundação entre brancos e negros; se não existisse, “o negro seria para o homem o que o burro é para o cavalo; ou, melhor dito, o negro já não seria um homem, seria um animal exactamente como o macaco”.

No entanto eles, como Kant ou Blumenbach, partem duma teoria monogenista, ou seja que admitem que todas as raças, mesmo as “inferiores” provêm da mesma origem.

Mas desenvolve-se e adquire cada vez mais credibilidade a teoria do poligenismo, segundo a qual Adão só seria o pai dos judeus: essa é a tese de John Atkins, convencido de que as raças branca e negra têm ascendentes de cor diferente. Paradoxalmente vai encontrar eco num dos maiores defensores da tolerância, acabo de nomear Voltaire, de quem diz Christian Delacampagne, autor de *Une histoire du racisme* (Uma história do racismo), na qual me inspirei para essa perspetivação<sup>3</sup>, que foi poligenista, racista e antisemita. Para o autor do *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações), é evidente que brancos e negros são “raças inteiramente diferentes”. Os negros, diz, procriam sempre “animais” da sua espécie, e não se deve descartar a hipótese da união de mulheres africanas com macacos, produzindo monstros. Nem ele, nem Montesquieu, nem Diderot, embora não aprovem a escravatura, condenam o famoso *Code Noir* de 1685 (Código Negro), mesmo que Montesquieu reivindique a necessidade de tratar com “misericórdia” e “piedade” os escravos.

Houve decerto grandes espíritos que se opuseram ao desprezo que atingia os negros, como Rousseau, ou Humboldt, mas não constituíam a maioria, longe disso.

No que diz respeito ao antisemitismo, que começou por ser antijudaísmo, pois se culpavam os judeus pela crucifixação do Cristo, desenvolve-se desde a Idade Média com irrepresível força. A mitologia popular fazia deles diabos – com cornos e rabo - ligados à bruxaria, pois não tinham alma, não eram portanto homens; além disso, tornavam-nos bodes expiatórios das grandes catástrofes como as pestes. É nessa época também que surge a tipologia física do judeu, estigmatizando nariz ganchoso, lábios grossos, etc., tipologia que um autor como Frei Amador Arrais, por exemplo, desenvolverá à vontade num dos seus diálogos. A sua expulsão, de Espanha, e mais tarde de Portugal, devida essencialmente a motivos económicos, cristaliza o ódio antisemita em torno dos conversos, cuja impureza de sangue faz com que seja duvidosa a sua conversão, o que leva a opinião a considerá-los sempre criptojudaicos. Embora não se deva esquecer que o acesso a cargos e funções oficiais existia para esses novos-cristãos. Acrescentemos que a readmissão dos judeus propriamente ditos, no fim do século XVII, princípios do XVIII, melhorou a sua situação. E é interessante ponderar que a partir daí recomeçam a ocupar posições tradicionais de conselheiros financeiros e fornecedores de capital, passando da usura ao negócio. Mas a imagem negativa do judeu mantém-se ao longo do Século das Luzes, emblematizada em Voltaire, por exemplo.<sup>4</sup>

Se me estendi um pouco sobre esses primórdios, foi para situar o contexto no qual Bocage desenvolve uma poesia de facto antisemita e racista, que, no entanto, se não quisermos ser injustos por anacronismo, reflecte opiniões menos chocantes na época do que aquilo que se pode pensar hoje, e tem ilustre precedente na obra do satírico D. Tomás de Noronha.

Os três sonetos de cariz antisemita apoiam a sátira na caracterização religiosa e na caracterização social, quero dizer que não se rasteia neles a caracterização física despectiva que se costumava aplicar aos judeus.

3 Christian DELACAMPAGNE, *Une histoire du racisme*, Paris, Librairie Générale française, 2000.

4 Sobre a questão, v. George M. FREDRICKSON, *Racism, une histoire*, Paris, Éd. Liana Levi, 2003 (*Racism, a short history*, Princeton, 2002).

O poeta acumula os pormenores que denunciam o criptojudáismo de “G...P...S...M...”, apontador da Marinha”. É de “rosto maldito”, sendo a palavra “maldito” de entender no seu pleno sentido, ligado à noção de ‘povo maldito’, por ter morto a Cristo. E embora seja, prossegue o soneto 266, “sacerdote fiel do hebraico rito”, mantendo pois práticas judaicas, “Por fora quer mostrar-se homem honrado,/Em casa pisa a cruz e o sambenito”, observação que põe em relevo, além da hipocrisia, a hostilidade, e até o ódio para com a religião católica. A referência ao ‘sambenito’ aliás, na medida em que ilustra as procissões de autos-de-fé nos quais se queimavam judeus, salienta a solidariedade do sujeito com correligionários, de facto. No soneto 272, reincide o poeta com maior virulência, propondo nos dois tercetos que o brasão pretendido pelo “ricaço tido na conta de cristão-novo” seja o seguinte: “um rabo de fogo em mãos sombrias” (e aqui reaparece a figura diabólica e diabolizada do judeu), e “por timbre d’escudo uma carocha”, ‘carocha’ que era outra palavra para designar o sambenito, a mitra dos condenados pela Inquisição. Quanto à divisa será:

*Honor d’Abraão, à tribo acende a tocha,  
Celebra a Páscoa, espera inda o Messias.*

Ou seja, é acusado o tal ricaço, como o apontador, de dissimulada relapsia, de manter intacto o dogma judaico nos aspectos essenciais, a Páscoa hebraica do Antigo Testamento, para a “tribo”, que não reconhece em Jesus Cristo o Messias.

A crítica social que se faz aos judeus é tanto mais interessante quanto vai ser uma constante extensível aos goeses e aos mulatos brasileiros, como teremos ocasião de ver.

Com efeito, o principal *reproche* que se faz a “G...P...S...M...” e ao “ricaço tido na conta de cristão-novo” – e a palavra “ricaço” já o traduz – é que são filhos da fortuna, ‘parvenus’, ávidos de reconhecimento social, uma vez que o dinheiro que ganham ou emprestam lhes obteve ou pode obter títulos de nobreza. G...P...S...M..., que é dito “novo apontador de origem velha” no soneto 267 (insinuando-se, com o contraste novo *vs* velha, que há velhos judeus como há velhos cristãos), é definido como “novo apontador, novo morgado” no soneto 266. Aqui o poeta joga outra vez com a palavra “novo”, pois não se refere à identidade religiosa tal como se aplicava aos conversos (cristão-novo), senão à identidade social, tendo o sujeito obtido ou comprado um novo morgadio do qual se vangloria e se ufana, ao levar a “insígnia”, ou seja o brasão, “ao peito inchado”, ao mostrar-se “altivo” com categorias sociais inferiores (um “pobre carpinteiro”). Da mesma forma, o novo rico do soneto 272, qualificado de Luculo (e não Lúculo, devido à prosódia do decassílabo), ou seja de personagem não só ostentatória como cobiçosa, vai pedir a um “genealógico de tretas”, entenda-se ‘falaz’, que lhe ponha “num teliz aveludado/Armas com prosa, timbre com caretas”, claro que a palavra “caretas”, pejorativa, anuncia o brasão diabólico, que analisei anteriormente e consta nos tercetos.

Tratando-se dos goeses, convém situar os seis sonetos entre o resto da produção dedicada por Bocage à Índia portuguesa. Com efeito, ao lado de poemas amorosos a deplorarem a ausência da amada (das amadas, melhor dito...) que, mesmo assim, aludem a “bárbaro país, bárbaras gentes” (soneto 171), e a outros infortúnios ligados ao clima, etc., há toda uma série de sonetos a evocarem, não só a grandeza e a glória passada dos portugueses e dos heróis da conquista dessas paragens, como a decadência do império. São os sonetos 159, glosando o mote “Das almas grandes, a nobreza é esta”, 187, “À decadência do império português na Ásia”, 188, “Ao grande Afonso de Albuquerque”, onde se canta a vitória sobre o “bárbaro malaio”, 189, “A D. João de Castro, socorrendo e salvando a fortaleza de Diu” (subtítulos acrescentados pelos editores antes de Daniel Pires), e outros mais. É altamente provável que o jovem Bocage, que deixará a Índia aos 24 anos, tenha reagido com relativamente escusável sandice à substituição daqueles grandes capitães pelos “naturais de Goa” como ele diz.

Seja como for, a sátira é feroz e se desencadeia desta vez contra a mestiçagem, que implicaria degeneração, uma crítica da caracterização física dos goeses que desemboca numa condenação moral. Goa é “estuporada mãe de gentes baças” (193). Os goeses são “filhos, antes cães de muitas raças,/Que não mordem com dentes, mas com tretas” (*ibid.*). Sendo “mestiços”, sendo “cães”, são “vis”, são “pardais castiços” - “castiços” no sentido de ‘cruzados’, “pardais” no duplo sentido de ‘pássaro’ e de ‘mestiço’ – (195). Pormenorizo que dou aqui o sentido conclusivo dos sonetos, pois adoptam quase sempre o procedimento *a contrario* para melhor salientar o vitupério. Exemplo: “Dizes que é má nação, que é

casta abjecta,/Fruto de enxertos vis? Irral!Tu mentes;/ [...] são descendentes/Do solar d’Hidalcão”, etc. (192).

Além da mestiçagem, mordazmente condenada, a partir de conotações rácicas e de facto racistas, o outro pólo da sátira, como no caso dos judeus, é importante sublinhá-lo, censura o afã de medrar dos goeses, que também eles se prezam de nobreza. Essa nação, ironiza o poeta, “Vem de heróis, quais não viu Cartago ou Roma;/De seus avós andantes cavaleiros,/A chusma de brasões não cabe em soma”, e acrescenta um gracejo a denunciar de passagem a religião muçulmana dos habitantes de Goa: “E (se não mentem certos noveleir os)/A muitos deles concedeu Mafoma/O foro de fidalgos-escudeiros” (*ibid.*). Até disputam a antiguidade com o padre Adão (190). Mas o seu novorriquismo, contrariamente ao que vimos em relação aos cristãos-novos, é pura aparência. Se Goa “aloja” em si “maior vaidade/Que Londres, que Paris, ou que Lisboa”, se nela “tudo quer senhoria” (191), a realidade é bem outra: “em casando as filhas, quem diria/Que o dote consistisse em quatro cocos,/Um cafre, dez bajos e a senhoria” (190). E ao pé dos ratos, das febres, dos mordaxins, “a pior [...] epidemia,/O mal, que em todos dá que produz flatos,/É a vã, negregada senhoria” (193). Mesmo que o poeta, devido ao seu fraco em relação à mulher, queira poupar a Goa “as filhas delicadas,/que elas culpa não têm, têm mil feitiços” (195), finalmente o que ele não admite é que os goeses arremedem, vamos dizer, os brancos, chegando a exclamar: “Vão para as várzeas, leve-os o Diabo;/Andem como os avós, sem mais enfeite/Que o langotim, do diâmetro do rabo” – o langotim era uma espécie de tanga, não vale a pena reparar na animalização injuriosa que implica a palavra “rabo” - (*ibid.*). Aqui temos um parâmetro racista bem actual, que consiste em arrumar cada qual na sua secção, na sua prateleira, a partir de degraus bem determinados.

No entanto, o tratamento dos negros, e mulatos, surge-nos bem distinto nos 5 sonetos que os enenam àquele que Bocage reserva aos goeses. Antes de mais, e novamente não serão de menosprezar as circunstâncias, a contextualização, por assim dizer, da escrita desses sonetos. Bocage, como lembrei, entrou na Nova Arcádia ao voltar a Lisboa em 1790, logo após essa associação poética ter sido fundada por Domingos Caldas Barbosa, mulato oriundo do Brasil, Belchior Curvo Semedo, Joaquim Severino Ferraz de Campos e Francisco Bingre. Os árcades, entre os quais se contavam também Luís Correia França e Amaral, Tomás António dos Santos Silva, José Agostinho de Macedo e vários outros, reuniam-se, como se sabe, no Palácio do Conde de Pombeiro, sendo conhecidas aquelas sessões pelas “quartas-feiras de Lereno”, pseudónimo do presidente da Nova Arcádia, que não era senão Caldas Barbosa precisamente. Como também se sabe, intrigas, desentendimentos, inimizades entre sócios deram cabo da instituição que só durou quatro anos.

Bocage é uma peça mestra do jogo arcádico, até se pode dizer que todos os árcades são potenciais, e consumidas vítimas da sua verve. O Padre Joaquim Franco de Araújo Barbosa merece 5 ferozes sonetos (239 a 243), e talvez 2 mais (271, 233), Curvo Semedo tem direito também a 5 surras, onde é tratado de “Pigmeu de Sintra”, “pavão Belmiro”, “anão de Apolo” (231 a 235), Manuel Bernardes de Sousa e Melo, “o Nélias”, beneficia de 2 (256, 257), como Luís Correia França e Amaral (228, 229), e muitos outros são alvo da sátira bocagiana, como Miguel António de Barros, Felisberto Inácio Januário Cordeiro, Tomás Barbosa de Figueiredo de Almeida Cardoso, Frei João de Pousafoles, ou José Tomás Quintanilha. O poeta chega a escrever 7 sonetos dirigidos à Nova Arcádia tomada colectivamente (221 a 227).

Nessa perspectiva, o presidente da Nova Arcádia digamos que entra na dança como os mais, ou quase, embora a sátira, como era de prever, utilize os preconceitos raciais para despertar o riso.

Antes dele, também é alvo dos sarcasmos de Bocage, no soneto 250, o “célebre mulato Joaquim Manuel, grande tocador de viola e improvisador de modinhas”, que cristaliza a caracterização físico-moral focada pelo poeta em relação aos pretos e mestiços: “monstro vil”, “perro” – ou seja cão - de nariz chato (“Onde narizes natureza esmurra”), cuja animalização é implicada pelo “focinho” que “sai à mãe cachorra”, conotação depreciativa de “cachorra”, cuja origem mixta se traduz até na voz, qualificada de “parda”. No entanto, o conjunto do soneto, embora comece asperamente - “esse cabra, ou cabrão, que anda na berra (= que está na moda),/Que mamou no Brasil surra e mais surra” (talvez alusão ao facto de ser um ex-escravo), etc., - como que concede mais importância à forma que ao fundo, ao *bon mot*, à *boutade*, à facécia, do que à convicta hostilidade de tipo racial. Assim é com o jogo de palavras “perro”, “emperra”, que até dá lugar a uma espécie de vénia ao talento do tal Joaquim Manuel:

“O perro, que nas cordas nunca emperra”. E também com o final brilhante, que parece um desafio entre rapazes da mesma idade, do mesmo bando: o mulato “Merece à filosófica pachorra/Um corno, um passa-fora, um arre, um irra”.

O Padre Domingos Caldas Barbosa, autor duma interessante Coleção de poesias, *A Viola de Lere-no*, que inclui letras de modinhas, lunduns, etc., recebe também feroz tratamento por parte de Bocage. São bem conhecidos esses sonetos: aquele que, abrangendo aliás a Nova Arcádia em conjunto, começa por “Preside o neto da rainha Ginga/ À corja vil, aduladora, insana”, no qual o presidente da Nova Arcádia é chamado de “orangotango” (222), outro onde se diz dele, entre outras gentilezas, “Ai! Que bicho tão feio!” (237), e o último, onde é comparado a um “mono” (= um macaco) ao qual uma bruxa corta a cauda, convertendo “os guinchos” do bicho em “voz de gente” (238). Como se vê, Bocage, nos três sonetos, esgrime o arsenal do racismo anti-negro, anti-mulato, sendo outro bom exemplo, a nível da caracterização física, o próprio título do 238, “Ao trovista Caldas, pardo de feições e de grenha crespa e revolta - Metamorfose”. Não falta nesse campo a referência ao cheiro, quando, depois de descrevê-lo como “mono” transformado por uma bruxa em gente, diz que esta lhe deixou “os calos”, lhe deixou “a catinga”. Também alude pesadamente aos costumes do alvo da sátira, como a comida (“masca farinha”), a bebida (“chanfana”; “pinga”) - que ele distribuiria aos sócios, tratados de “turba americana” - a música (“o orangotango a corda à banza abana”), a prática da bruxaria (“mandinga”), em dois dos três sonetos, “que seria a sua única ciência”. Mas o estatuto de Caldas como presidente elimina a crítica a pretensões sociais que se fazia a judeus e goeses. Embora nos sonetos antissemitas se estabeleça indirectamente uma ligação entre judeus e pretos, numa *démarche* racista global clássica, que os historiadores evidenciam nos seus trabalhos. É assim que, quando o cristão-novo, o ricoço, vai pedir um braço ao “genealógico de tretas”, este aceita e lhe diz, “Folheando volume remendado,/Neste livro só tenho encerrado/judias raças e famílias pretas”, reunindo numa mesma pretensão social os dois grupos referidos (272). No soneto 266, há também uma sibilina alusão à conexão entre as duas colectividades, quando G...P...S...M..., o apontador, vai ao Alentejo para “herdar preto couro” “dum tal príncipe”, “Por ter parte a mulher na fusca raça”, o que parece sugerir que o apontador gostava que o príncipe lhe fizesse um bastardo na fusca mulher dele - o judeu -, pensando ele ganhar com isso, embora desta vez não vá obter o que pretendia, já que “Sem valer-lhe da usura o foro e a traça,/Foi expulso do paço com desdouro”<sup>5</sup>.

Ora bem, preside aos tais sonetos um bom humor trocista, do melhor que Bocage tem produzido, um virtuosismo métrico sem par, ou seja, por mim, e na medida em que se inserem no meio de sonetos satíricos atrozmente dirigidos a outros árcades, não deve estranhar-se que ele deite mão, ao tratar-se de Caldas, dos elementos característicos, salientes, e portanto, rácicos, do sujeito, elegendo como núcleo dos seus ataques a reduzida estatura de Curvo Semedo, outros defeitos físicos de França e Amaral ou de Quintanilha, ou a suposta estupidez de Freire Barbosa, ou a tendência fúnebre de Sousa e Melo. Chegámos à dimensão da caricatura, cuja missão é o exagero injurioso. Nem me interessam de facto as inimizades de Bocage com tal ou qual árcade, a rivalidade possível com Caldas: considero que aqui se joga com armas iguais, e que é um jogo aceite pelas diferentes partes, que aliás podem responder da mesma forma, e suponho que o fizeram<sup>6</sup>.

Apoiam esta minha interpretação a sátira em louvor dirigida ao mesmo Caldas por Bocage, onde o qualifica de “homem de juízo,/Por muitos versos, cheios de beleza”, mas também outros sonetos laudativos a Quintanilha (soneto 210), a Curvo Semedo (329 e 350), a Macedo (345), citando os mais rasteáveis.

Chegamos assim a uma primeira conclusão, segundo a qual parece haver um jovem Bocage, inoperiente, que chega à Índia cheio de preconceitos de facto normais na época, e põe a sua verve ao serviço de uma sátira convencional e esperável/ previsível, e um Bocage mais maduro, peça do xadrez arcádico, com as suas regras e artifícios, que não poupam ninguém, branco ou negro.

Ora bem, quanto ao antissemitismo, é importante lembrar que, durante o reinado de D. José I, que como se sabe, acaba bem antes do nascimento do poeta, boa parte dos autos-de-fé decorriam na sala

5 A minha interpretação contradiz uma nota de António Maria do Couto, que edita Bocage em 1840 (Daniel PIRES (ed.), p. XXI), e comenta assim o terceto aludido: “Tinha vindo então a Portugal um príncipe negro africano”. Daniel Pires emite as maiores dúvidas quanto à veracidade das afirmações de Couto, e apoia a minha versão.

6 Se me confirmou que o próprio Caldas fazia troça de si mesmo na sua poesia.

do Santo Ofício. “Findara, diz Veríssimo Serrão, a época dos longos cortejos que acompanhavam as vítimas ao queimadeiro”<sup>7</sup>. E acrescenta que o último tivera lugar em 1761 (tratava-se de Malagrida). Já em 1771 proibira-se definitivamente a celebração pública dos autos-de-fé. Não se esqueça também, em relação aos cristãos-novos, que D. José fez publicar, a 25 de Maio de 1773, uma “piíssima lei” para acabar com a “sediciosa distinção”, com “aquela bárbara e iníqua diferença”.

Para mim, isso significa que Bocage deita mão a um motivo já convencional, tipificado, como é a figura do judeu ou do cristão-novo, com atributos, por assim dizer, definitivamente cristalizados: luxúria, avareza, usura, criptojudaísmo, ínfulas de nobreza. E joga com o tal motivo literariamente falando, *literarizando-o* afinal, fixando-o ‘em literatura’, longe de qualquer realidade, pois aquilo que descreve há tempo que desapareceu em Portugal.

De facto, e se considerarmos a personalidade poética de Bocage, não será só o grande satirista que nós encontramos, senão também uma figura do liberalismo incipiente, o autor de sonetos que celebram a Revolução francesa (161, 274)<sup>8</sup>, e os “favoráveis sucessos obtidos na Itália pelas tropas francesas, sob o comando de Bonaparte” (163, a epígrafe é de Inocêncio, pontualiza Daniel Pires), mas também doutro onde se condena o “Despotismo praticado em França a título de liberdade” (162), que deve corresponder àquele poema onde deplora a sorte de Maria-Antonieta, “Ode à rainha de França, contra os que negam o livre-arbitrio nas acções humanas”. Como poderia ele ser racista?

A confirmar a minha interpretação vem a propósito uma fábula, onde o poeta se declara inimigo de *prejuízos* rácicos. Chama-se “Os cães domésticos e o cão montanhês”. Este é preto (“cor de azeviche”), os outros brancos (“cor de neve”). Valentões e antipáticos, pretendem fazer o outro escravo, e quando este lhes pergunta “por que crime” e “com que jus”, respondem os cães domésticos:

*O nosso jus é a força,  
O teu delito é a cor.*

Comenta o poeta, e conclui:

*De homens pretos, e homens brancos  
Cuido que fala este autor.*

O estudo que conduzi demonstra, se for preciso demonstrar, que um tema tão delicado como o racismo e o antisemitismo deve ser abordado sem cair no anacronismo e, tratando-se de Bocage, tendo em conta as circunstâncias históricas, a biografia do poeta, como também o ambiente criptado da Nova Arcádia, na qual o próprio Caldas Barbosa usava da auto-irrisão, fazendo troça de rasgos físicos característicos dos pretos.

7 Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, Lisboa: Verbo, 1982, vol. VI, pp. 130-133.

8 Espero não me enganar, fiada dum subtítulo que o soneto 161 tem nas Edições Europa-América, onde leva o n.º CCIV: “Aspirações do liberalismo, excitadas pela Revolução francesa, e consolidação da República em 1797”. Subtítulo que não aparece na ed. de Daniel Pires.

9 Quem me chamou a atenção para dita fábula foi a Prof.ª Ofélia Paiva Monteiro, a quem agradeço a gentileza, e que até me emprestou um volume a ntigo, que pertencera ao pai, da *Obru* de Bocage, onde constava o dito poema. O referido texto está nas *Obras* de Bocage, edição no Porto, da Lello, s.d., “Apólogo XVIII”, pp.1134-5.